

Revista

UBC

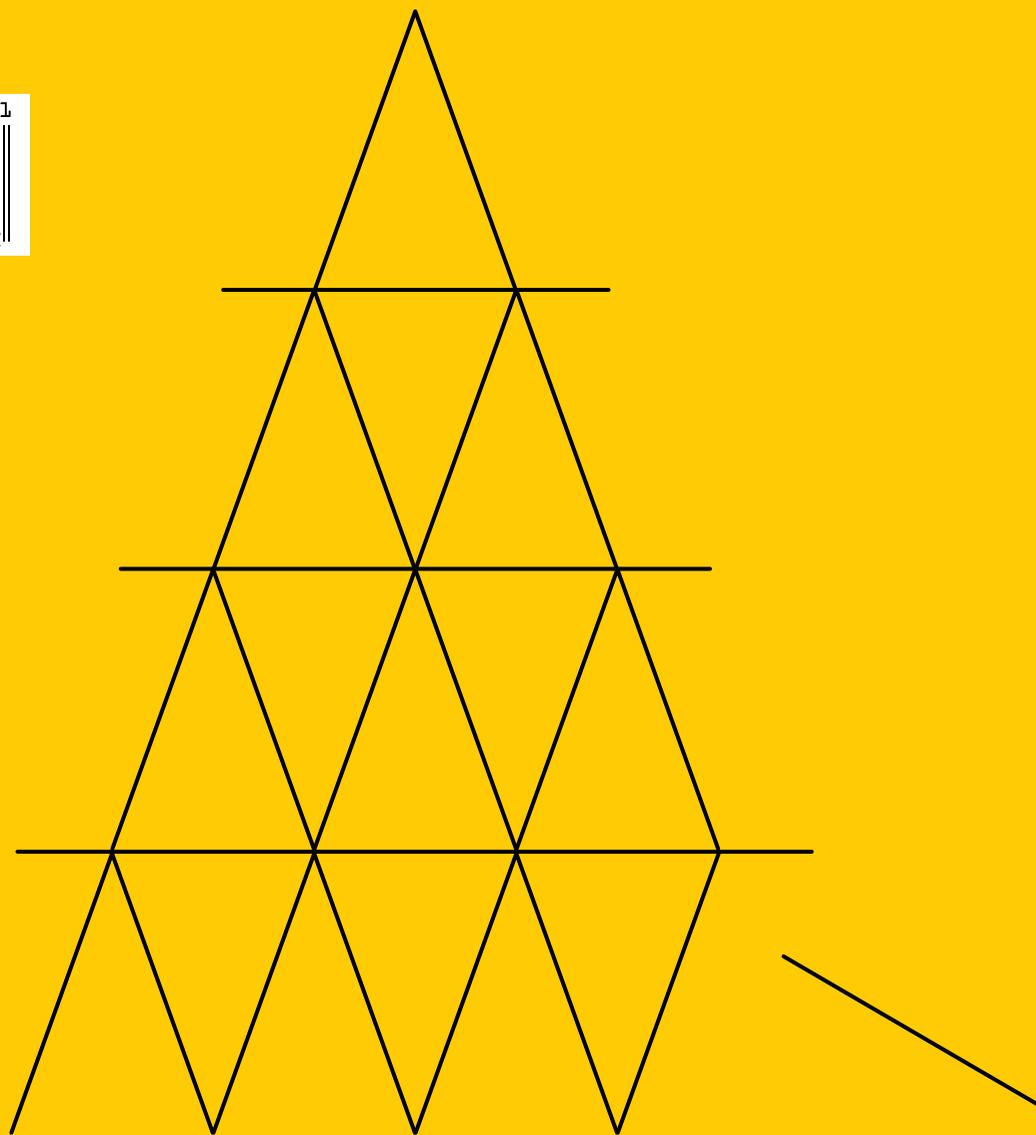
**+ EM ENTREVISTA EXCLUSIVA,
BETH CARVALHO REPUDIA
A DECISÃO DO CADE E PEDE
MAIS MOBILIZAÇÃO DOS ARTISTAS**

REVISTA DA
UNIÃO BRASILEIRA
DE COMPOSITORES
#17 / JUNHO DE 2013

ISSN 2176153-1



9 772176 153002



GESTÃO COLETIVA

UM MODELO SOB AMEAÇA

**DECISÃO DO CADE PÕE EM XEQUE O FUTURO DA ARRECADAÇÃO
DE DIREITOS AUTORAIS NO PAÍS. JURISTAS, COMPOSITORES E
ESPECIALISTAS DISCUTEM UMA QUESTÃO VITAL PARA CADA UM DE NÓS**

FAÇA PARTE DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO AUTORAL NO PAÍS



A UBC REALIZA, MAIS UMA VEZ, SEU CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS. PODEM PARTICIPAR UNIVERSITÁRIOS, PESQUISADORES, PROFESSORES E PROFISSIONAIS COM DIPLOMA DE GRADUAÇÃO.

PRÊMIOS PARA OS TRÊS MELHORES TRABALHOS
INSCRIÇÕES ATÉ 5 DE AGOSTO DE 2013

LEIA O REGULAMENTO COMPLETO NO SITE
UBC.ORG.BR/CONCURSO2013 E BOA SORTE!

INFORMAÇÕES:
Departamento de Comunicação
(21) 2223-3233
comunicacao@ubc.org.br



PUBL!T SOLUÇÕES EDITORIAIS



REVISTA DA
UNIÃO
BRASILEIRA DE
COMPOSITORES
#17 : JUNHO DE 2013



EDITORIAL

Quando tantos se arvoram em donos da verdade e autoritariamente querem prejudicar os compositores e músicos brasileiros, é bom lembrar que temos uma Constituição, livro maior dos cidadãos, que nos protege.

Vamos lá, cláusulas pétreas, direitos e garantias individuais / artigo 5, XVIII: a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XXVII: aos autores pertence o direito exclusivo de utilização de suas obras, transmissível aos seus herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

Está escrito. É só ler, entender e aplicar.

Fernando Brant



ÍNDICE

04 : NOVIDADES NACIONAIS
06 : LANÇAMENTOS
07 : DOIS EM UM
08 : NEY MATOGROSSO
09 : NOVIDADES INTERNACIONAIS
10 : CAPA

14 : BETH CARVALHO
16 : JAMELÃO
17 : FIQUE DE OLHO
18 : ENTREVISTA: ILTON CARANGACCI
20 : DISTRIBUIÇÃO
22 : DÚVIDA DO ASSOCIADO

A Revista UBC é uma publicação da União Brasileira de Compositores, uma sociedade sem fins lucrativos que tem como objetivos a defesa e a distribuição dos rendimentos de direitos autorais e o desenvolvimento cultural / **Diretoria:** Fernando Brant (presidente), Abel Silva, Aloysio Reis, José Antônio Perdomo, Manoel Nenzinho Pinto, Ronaldo Bastos e Sandra de Sá / **Diretora-executiva:** Marisa Gandelman / **Coordenação editorial:** Elisa Eisenlohr / **Projeto gráfico e diagramação:** 6D / **Editor:** Alessandro Soler (MTB 26293) / **Capa:** Arte de Gabriela Rocha / **Colaboraram nesta edição:** André Bezerra, Claudia Kovaski, Jackson Ciceri e Paula Lacerda / **Tiragem:** 5.300 exemplares / Distribuição gratuita



FILHO DE BABY...

Guitarrista, produtor e milagreiro. Não, o sexto filho de Pepeu Gomes e Baby do Brasil não é religioso como a mãe. O milagre de Pedro Baby, 35 anos, foi a própria ressurreição da carreira da cantora de voz suave e sensual que apareceu para o país nos Novos Baianos e, por anos, teve uma sólida trajetória, antes de mergulhar num retiro espiritual com a fundação da própria igreja evangélica. Foi ele o artífice e o parceiro de Baby do Brasil num show no Jockey Club do Rio de Janeiro, ano passado, que marcou o retorno dela à carreira comercial "secular". O espetáculo, em comemoração aos 60 anos da mais baiana das cantoras niteroienses, foi "um parto", como ele definiu. Mas, bem-sucedido, multiplicou-se em vários outros. Hoje, Pedro, que estreou pelas mãos de Moraes Moreira e tocou com Gal Costa e Marisa Monte, já começa a preparar seu primeiro disco solo, que pode ter parcerias com nomes como Domenico Lancelotti e Arnaldo Antunes.



METAL MINEIRO

Thrash metal com pegada mineira, o Eminence grava seu quarto disco, em Belo Horizonte, ainda sem nome e com previsão de lançamento para este semestre. Praticamente em turnê constante pelo mundo, a banda viajou de 2008 a 2012 por países como Inglaterra, Romênia, Bélgica, Colômbia, Suriname, Japão, Alemanha e Nova Zelândia, antes de começar a gravar o novo trabalho, com produção do dinamarquês Tue Madsen, responsável por álbuns de bandas como Mnemic (Dinamarca) e The Haunted (Suécia). Em março, os veteranos, com 17 anos de carreira, fizeram dois shows no festival South By South West no Texas, nos Estados Unidos, onde têm um grande número de fãs. Influente e cultuado no Brasil e lá fora, o Eminence terá a participação de dois grandes baixistas no disco, PJ, do Jota Quest, e Paulo Xisto Junior, do Sepultura. No repertório, mais letras em inglês e a promessa de críticas sociais e econômicas ao país, segundo contou o guitarrista Allan Wallace. "A administração da presidente Dilma (Rousseff) é ruim", ele classifica, e será o mote de músicas que querem mostrar o estilo de vida brasileiro aos gringos. Pílulas sobre o novo trabalho podem ser conferidas no site da banda: <http://www.eminence.com.br>.



"ROBERTO" CARLOS EVANNEY

Um dos mais célebres covers de Roberto Carlos em atividade no país, o baiano Carlos Evanney planeja uma festa, no próximo dia 7 de junho, no Olímpico Clube, no bairro carioca de Copacabana, para comemorar seu aniversário e relembrar momentos de uma carreira de 30 anos. Associado à UBC desde 1985, ele lançou dois compactos e dois LPs com composições próprias antes de literalmente embarcar no trabalho de imitação do Rei. É que Evanney, a exemplo de Roberto, também promove um cruzeiro no mar - uma versão mais modesta e bem-humorada, num barco que percorre a Baía de Guanabara, no Rio, a cada três meses. A próxima edição será em 7 de julho, e não vão faltar alguns dos maiores sucessos do seu inspirador. "De tanto o pessoal me chamar de Roberto pela semelhança e pelo timbre de voz eu resolvi investir. Como Evanney, eu não tinha dinheiro, padrinho ou investimento. E a minha carreira deslançou como cover do Roberto. Tenho orgulho disso", conta o fã-cantor que diz ter boa relação com o Rei e ainda guarda, "preservado", um bolo de aniversário que este lhe enviou há dez anos. "É relíquia, bicho, um troféu! Imagine se eu ia comê-lo", ele ri. Para embarcar no passeio e curtir o show do cover, basta fazer a reserva pelos telefones 21 9362-3040 e 21 2509-0763. A saída é da Marina da Glória.



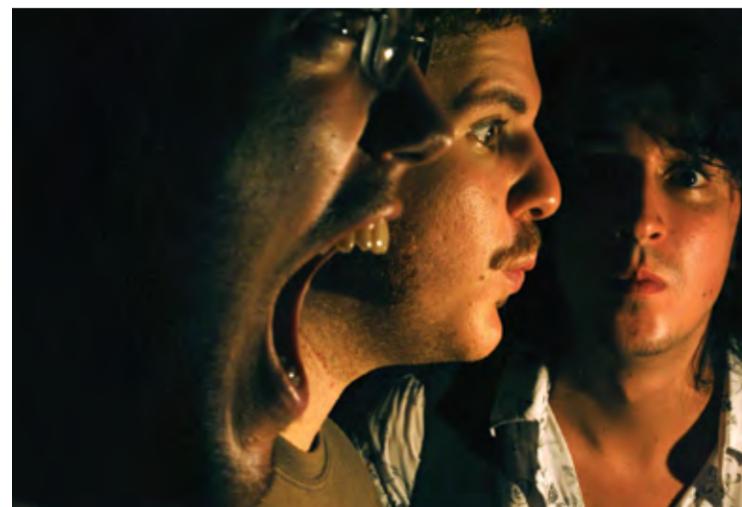
O DONO DA BOLA

Dono de um dos maiores sucessos do fim do ano passado no país, "Elas Ficam Loucas", com quase nove milhões de visualizações na internet e incontáveis sátiras, Diego Faria acaba de se filiar à UBC. O jovem de 23 anos, que estourou cantando "novo sertanejo" e chega a reunir 20 mil pessoas por show no interior do país, tem um impressionante catálogo de composições próprias, incluindo "Te Amo Feito Louco", gravada por Bruno & Marrone, "Não Vou Dar Moral", sucesso nas vozes de Edson & Hudson, e "A Carne É Fraca", com Jorge & Matheus. Enquanto prepara novas músicas, ele ainda comemora a aceitação do seu primeiro hit entre jogadores de futebol, como Ronaldinho Gaúcho e Fred, que dançaram os passos de "Elas Ficam Loucas" ao comemorar gols.



DONA ZEFINHA VAI AO PICADEIRO

A premiada banda cearense Dona Zefinha, que mistura com sofisticação - e na melhor tradição cultural brasileira - sons, imagens, artes cênicas e circo, envereda pelo universo infantil. Depois de lançar seu projeto de estreia para crianças "O Circo sem Teto da Lona Furada dos Bufões", ano passado, eles emendam uma agenda de shows pelo país. Com a experiência de quem já dividiu o palco com nomes do quilate de Fagner, Dominginhos, Lia de Itamaracá e Elba Ramalho, e com espetáculos nas principais capitais brasileiras e em festivais de Alemanha, Coreia do Sul e Estados Unidos, o grupo brinca com as referências ao mundo do circo mambembe do interior nordestino e mostra gags, palhaçadas, mágica e malabarismo. Confira a agenda em osbufoes.wordpress.com.



UM PRECURSOR DA BOSSA NOVA, DE VOLTA

Está de volta ao Brasil Normando Santos, um dos precursores da bossa nova inexplicavelmente esquecido. Radicado em Paris desde 1964, quando aceitou substituir Baden Powell num restaurante da cidade (onde acabou se casando e tendo filhos), ele não viu de perto o estouro do gênero que projetou a música brasileira em todo o planeta. Amigo de Carlos Lyra e Roberto Menescal, Normando esteve no epicentro do movimento, desde os saraus na casa de Nara Leão aos shows na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha (1959), e no Carnegie Hall, em 1962, em Nova York, passo fundamental para a internacionalização da bossa. Mas decidiu tocar sua carreira lá fora. Há três anos, lançou por aqui seu primeiro disco solo, "Balanço Com Bossa", produzido por Robertinho do Recife. E apresentou, entre diversas autorais, parcerias inéditas com Vinicius, como "Aconteceu" e "Lamento do Adeus", e com Ronaldo Bôscoli e Billy Blanco. "Fiz as músicas com o Vinicius e fui para Paris. Na época, ele tinha tantos parceiros aqui no Brasil que acabou não mostrando as nossas. Eu, orgulhoso, também não me mexi, e assim o tempo foi passando", explicou em entrevista. Agora, quer retomar uma agenda de shows como a que tinha na Europa para, com justiça, reivindicar seu papel num movimento que ajudou a forjar.

DINGO FLANDERS

Psicodelia, clima onírico, um jeitão de antigamente - ou de qualquer tempo. O novo clipe dos gaúchos do Dingo Bells, para o single "Lobo do Mar", tem a cara da própria banda, uma das mais interessantes da cena gaúcha, que cooptou Helio Flanders, líder do Vanguard, para uma parceria especial. Dos vocais iniciais que lembram o apito do trem citado pela letra aos flertes com a música do Leste Europeu, o trabalho é multirreferenciado e, ao mesmo tempo, forjado com estilo próprio. Com participações nos mais importantes festivais alternativos do país desde que estourou, em 2010, o power trio, que abriu para Ringo Starr no show do ex-beatle de 2011, em Porto Alegre, e já dividiu o palco com Vanguard e Móveis Coloniais de Acaju, prepara o segundo álbum, depois do elogiado "Dingo Bells", de 2010.

LANÇAMENTOS

A SOMA DE GESSINGER

São 50 anos de vida, quase 30 de Engenheiros do Hawaii e 20 discos lançados. Na matemática musical de Humberto Gessinger, hoje só há espaço para somas. Ao lançar "Insular", seu primeiro trabalho solo, o único membro fixo do Engenheiros reuniu um timaço de músicos gaúchos para, ao contrário do que sugere o título do álbum, construir com ele um verdadeiro continente de sonoridades e referências. De Luiz Carlos Borges a Esteban Tavares, ex-baixista da Fresno, com direito ainda a Nico Nicolaiewsky, Bebeto Alves e Frank Solari, Gessinger se cerca de amigos e também de ex-companheiros da banda que o projetou, na primeira metade dos anos 1980, para revisitar uma fase em que escrevia canções mais longas que, com pegada rock, naturalmente, mas também regionalista e gaúcha, falam sobre suas próprias experiências, sobre o seu mundo. "Se eu disser que estou colocando em prática tudo que aprendi (todo o conhecimento e intuição acumulados sobre o que uma canção/disco pode/deve/precisa ser) estarei sendo muito pomposo. Mas estarei sendo sincero. De certa forma é o que sempre fazemos, né? Agir baseados no que já vivemos. Neste disco isso acontece num nível mais profundo e misterioso. Estou curioso para descobrir se, depois de lançado, esta sensação será compartilhada pelos ouvintes", escreveu o músico no seu blog.



Ana Alexandrino

VIVI TOCA (E REMIXA) RAUUUUL

Demorou 40 anos. Lançada em 1973 com uma letra alterada pela censura do regime militar, a música "Como Vovó Já Dizia (Óculos Escuros)" foi recuperada e lançada em versão remixada pela DJ Vivi Seixas, filha do seu compositor, Raul Seixas, a partir de uma série de fitas com gravações originais a que ela teve acesso. "Geração da Luz", primeiro álbum solo da DJ, é todo composto por músicas do pai que ganham batidas contemporâneas pelas mãos de Vivi e de músicos como Arnaldo Brandão (baixo e guitarra), Donatinho (Teclados) e Plínio Profeta (baixo, guitarra e teremim). "Há fãs de meu pai que não aceitam a música eletrônica, há os meus fãs e os do meio, que já gostam", explicou Vivi em entrevista ao diário Correio Braziliense. "Rock das Aranhas", "Mosca na Sopa", "Só Pra Variar" e "Conversa Pra Boi Dormir", entre outros clássicos de Raulzito, são destaques do trabalho, que teve lançamento num show no clube Galeria Café, no Rio de Janeiro, em abril.



Gilda Midani

VER E OUVIR GAL

Um dos melhores shows de 2012, "Recanto", que retomou a parceria entre Gal Costa e Caetano Veloso, ganhou edição luxuosa num CD duplo ao vivo e num DVD, lançados em março. Gravado no histórico palco do Teatro Tereza Rachel no Rio de Janeiro, agora convertido em Theatro Net Rio, onde Gal fez a seminal turnê "Fa-Tal", em 1971, o show teve direção e grande parte das músicas de Caetano, arranjos contemporâneos salpicados de sonoridades eletrônicas e a voz da cantora ainda densa, belíssima e cristalina. Um dos momentos mais emocionantes é quando Gal chora ao cantar "Vapor barato", em que divide a cena com Pedro Baby, filho de Pepeu Gomes e Baby do Brasil e cujos solos de guitarra são impressionantes. A música era a mesma que encerrava o show "Fa-Tal", no qual Gal tocava com Pepeu. Em entrevistas, ela explicou que a conexão com a família de Pedro e Baby e com o lugar onde o show foi gravado lhe fez lembrar os melhores momentos da sua vida.

O QUE É QUE A BAHIA (NÃO) TEM?

ROCK, SAMBA, CLÁSSICO E BOSSA NOVA SE MISTURAM NO SEGUNDO ÁLBUM DO DOIS EM UM

Por Alessandro Soler

Mesmo com um *mainstream* (o axé) tão poderoso, a Bahia é e sempre será um caldeirão onde convivem e se fundem virtualmente todos os ritmos. De lá vem o álbum "Agora", o segundo do Dois Em Um, a dupla formada pelo compositor e multi-instrumentista Luisão Pereira (ex-Penélope) e pela sua mulher, a violoncelista da Sinfônica da Bahia Fernanda Monteiro, um amálgama de pop, rock, samba, clássico, bossa nova e outras sonoridades que eles releem e reinterpretam com a ajuda de grandes parceiros. Ronaldo Bastos, Tulipa Ruiz, Letieres Leite e Orkestra Rumpilezz, Regis Damasceno (Cidadão Instigado) e outros convidados dão sua contribuição a um trabalho que, ainda que coletivo, guarda um apurado senso autoral. Reflete o jeito leve e, ao mesmo tempo, inquieto da dupla, que não para de criar. "Como no primeiro disco ("Dois Em Um", de 2009), nós fizemos no nosso estúdio aqui de casa as bases das músicas. Naquele primeiro não tínhamos grana, então eu me meti a tocar todos os instrumentos, com a exceção do violoncelo, que a Fernanda tocou. Desta vez, toco bateria em duas músicas; baixo, em nove; guitarra e teclado, em todas...", ri Luisão, que é sobrinho do genial sambista baiano Ederaldo Gentil e teve a ajuda do amigo Kassin para orquestrar o trabalho.

O projeto Dois Em Um nasceu como um não-projeto, segundo você conta. Despretensiosamente, Fernanda e você colocaram umas músicas na rede, e a coisa explodiu. Agora, no segundo disco, muita gente se envolveu. Como a coisa se arranjou?

No início (do Dois Em Um) só fazíamos música em casa para mostrar aos amigos. Sou compositor compulsivo. Estava fazendo as músicas e gravando. O primeiro disco foi um recorte repicado daquele momento. No segundo tivemos dinheiro, parceiros, um monte de ideias postas juntas, é algo bem bacana também. Exceto o Ronaldo (Bastos), todos os parceiros já eram nossos chegados. A Tulipa (Ruiz) já conhecemos há uns oito anos. A Fernanda toca violoncelo no segundo disco dela, o "Tudo Tanto". Mesma coisa com o Regis, do Cidadão Instigado, com o Humberto Barros. É fácil trocar figurinha quando há identificação.

Como é fazer música indie num lugar onde o mainstream é tão avassalador como na Bahia?

É quase como viver num mundo à parte. Porém, num mundo à parte que, paradoxalmente, povoa Salvador. A Bahia é esse celeiro que continua dando tanta coisa boa. De Dorival Caymmi passando por João Gilberto, Caetano (Veloso), e por aí vem. Então, nos últimos anos a coisa não foi diferente no sentido da produção cultural local. Muita coisa boa é feita. Não tenho grilo contra nenhum segmento musical. Nunca fui do tipo anti-axé. Tenho muitos amigos no meio, gosto de Carlinhos Brown, Luiz Caldas, Gerônimo. Mas acho que o êxodo de quem produz coisas diferentes continua, é a parte

triste. Com o Penélope tivemos que ir para o Rio. A Pitty teve que ir para São Paulo. Sempre invejei o conforto que os músicos de axé têm ao produzir e morar na sua cidade, ser bem-sucedidos sem precisar sair dela. Mas a gente continua tentando.

Você está na ativa há bastante tempo e já pegou outro momento do mercado de música. Hoje está mais fácil produzir?

Quando o Penélope começou, em meados dos anos 1990, se você não tinha gravadora não tinha muita alternativa. Era utopia tentar algo diferente disso. Ninguém era alternativo por opção. Se quisesse viver de música e pagar suas contas, precisava de uma *major* dessas. Nós tivemos (a Sony). Quando surgimos, já vimos a pirataria. Ainda não tinha a internet, que trouxe novas formas de pirataria, mas também trouxe uma possibilidade de espalhar nossa música para os quatro cantos. Muitas coisas que a gente conseguiu fazer e conquistar foram pela internet. Apesar de que está virando também uma grande armadilha. Hoje, no Facebook, para você conseguir aparecer tem que pagar. Eles mandam mensagem cobrando. No Google, idem. É o jabá 2.0, jabá da era digital. Mais uma vez, as coisas vão se arranjando em torno dos conglomerados.

Vilã ou heroína, afinal? Como usar a era digital a favor do artista?

Como o autor ganha dinheiro com isso?, eu pergunto. Qualquer cara criador desses sites que circulam músicas está milionário. Eu vejo um discurso inocente do artista que fala que as gravadoras eram sacanas e pagavam pouco e que a internet liberta. E o Facebook? E os sites que circulam as nossas músicas sem pagar nada? O jeito é jogar com as ferramentas certas. Estamos em todas as plataformas digitais que comercializam música. A vendagem ainda é muito pequena, mas tem que insistir. No Brasil ainda existe a cultura do "por que vou pagar se posso baixar de graça?" Talvez o futuro de alguma remuneração esteja no pagamento aos músicos feito pelos sites que hospedam as músicas. Como acontece com o YouTube, por exemplo, que paga pouco, mas você, pelo menos, já não se sente tão roubado. 



Mayra Lins



Cleber Facchi

WADO 2013

Em 2011, quando lançou "Samba 808", o catarinense radicado em Maceió, Wado, um dos mais prolíficos e inventivos compositores da geração 2000 da MPB, tinha "desapegado", como definiu. Querendo evitar a fadiga, desistiu de procurar gravadora para imprimir seu novo trabalho e só o lançou na internet. Bem recebido pela crítica, o álbum teve participações especialíssimas de parceiros e amigos como Zeca Baleiro, Chico César, Marcelo Camelo e Mallu Magalhães, Curumin e Fernando Anitelli (d'O Teatro Mágico). "Com a Ponta dos Dedos", a faixa em que recebeu Camelo e Mallu, faturou o prêmio de melhor música, ano passado, pelo Video Music Brasil da MTV, em empate com "Dedo na Ferida", do rapper Emicida. A dupla com o ex-guitarrista e vocalista do Los Hermanos deu tão certo que foi ele o escolhido para produzir o novo disco de Wado, que deve sair este mês, agora em formato tradicional.

NEY MATOGROSSO

Por Alessandro Soler, do Rio

Nos seus 40 anos de carreira, Ney Matogrosso retorna ao rock na turnê "Atento aos Sinais". Houve quem se surpreendesse com a pegada forte de um dos nossos maiores cantores depois do superintimista "Beijo Bandido". Ney é assim. Brinca de alternar estados de humor e, se parece aquietado, apartado de tempos mais provocadores, súbito ressurgente exuberante, quente. E sempre ligado no que há de mais interessante e novo. Tanto que se associou a nomes como Criolo, Rafael Rocha (da banda carioca Tono), Dan Nakagawa e Dani Black. "O talento, a composição deles e a afinidade com o que estava sendo dito me aproximou", resume. Numa inversão que lhe garante presença frequente nos palcos (e o blinda, de certa forma, da crise da indústria fonográfica), Ney privilegiou o lançamento do espetáculo antes de gravar um disco. A estreia da turnê, patrocinada por uma marca de cosméticos, foi em março, em Juiz de Fora (MG). De "Rua da Passagem (Trânsito)", parceria de Lenine e Arnaldo Antunes que gravou em 1999, a "Incêndio", de Pedro Luís, e "Samba do Blackberry", de Rafael Rocha, Ney desfila um repertório de energia e temas contemporâneos. Como a música que sempre fez.

Alguns críticos mostraram surpresa por seu "retorno ao rock" com o novo trabalho. E você já disse que sua intenção não foi exatamente comemorar os 40 anos de carreira voltando "às origens". Então, o que o motivou nesse reencontro com o pop e o rock? E o que particularmente o rock 'n' roll representou na sua trajetória?

O rock'n'roll foi a minha primeira grande influência, com Elvis Presley. O que motivou o reencontro foi um movimento meu. Gosto de alternar um trabalho mais introvertido com outro mais extrovertido, e esse é o momento do mais extrovertido, que é quando eu aproveito para fazer show com figurinos extravagantes e atitude mais roqueira. O rock influenciou o meu comportamento.

Há um momento-homenagem ao Secos e Molhados no show. O que essa "revisita" à banda que o projetou lhe traz afetivamente?

Na verdade eu sempre cantei músicas dos Secos e Molhados. Não regularmente. Mas uma hora ou outra eu pinço alguma coisa. Acho o repertório muito bom. E não vejo por que não devo cantar, porque me pertence também. Volta e meia eu canto alguma coisa dos Secos e Molhados e achei que nesse show era bom colocar alguma coisa no bis, porque tem muita coisa inédita (na turnê), e eu queria apresentar uma coisa mais conhecida.

Não são poucos os apocalípticos que vaticinam o fim da MPB, ora porque já não existiria "puramente", mas sim misturada a diversos outros estilos, ora porque teria sido suplantada por outros gêneros pop brasileiros, como a música sertaneja. O que pensa disso? Ainda há espaço para a velha MPB?

Eu acho que a gente não pode ficar pensando assim. Isso parece a mentalidade que existia antes entre a música

DE VOLTA AO ROCK

clássica e a música popular, a de que havia um conflito. Não vejo dessa maneira. Para mim, elas sempre foram músicas, brasileiras, feitas por brasileiros. Para mim tudo coexiste, tudo pode, tudo são maneiras de se expressar.

A era digital traz desafios antes desconhecidos para músicos de épocas mais "analógicas", e um dos maiores é como conseguir vender seu trabalho e ser remunerado por ele, com tantas descargas de músicas ilegais na internet. A pirataria o afetou? E o que acha da livre circulação de músicas na rede?

É claro que a pirataria me afetou, como afetou todo mundo e fez a indústria ruir. A indústria fonográfica ruiu por causa da pirataria. Eu tenho uma sorte na minha vida, porque eu nunca fui um artista voltado exclusivamente para o disco. A minha visão artística sempre foi show, meu interesse sempre foi show, palco, e nisso a pirataria não pode interferir. Por exemplo, quando eu fiz o primeiro show dessa turnê, em Juiz de Fora, no dia seguinte já havia sete vídeos na internet, e não parou de surgir imagem do show. Mas isso não me prejudica. Aquilo é uma coisa mal filmada e que mostra imagens muito atraentes. Então, para mim, é bom. Não prejudica em nada. 

NOVIDADES INTERNACIONAIS



WORLD CREATORS SUMMIT ESTE MÊS

Organizado pela Cisac (Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores), o World Creators Summit acontecerá nos dias 4 e 5 deste mês em Washington, nos Estados Unidos. Em sua quarta edição, o evento bianual tem o objetivo de estabelecer um diálogo sobre a propriedade intelectual e reunirá desde criadores, organizações de direitos autorais e sindicatos a provedores de conteúdo, operadoras de telecomunicação, fabricantes de hardware, especialistas legais e políticos.

Entre os palestrantes do Brasil estão a compositora e ex-ministra da cultura Ana de Hollanda e Marisa Gandelman, diretora executiva da UBC. Para mais informações sobre a conferência, visite o site www.creatorssummit.com.



NA EUROPA, SOCIEDADES DE GESTÃO COLETIVA SÃO INOCENTADAS

Enquanto, no Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) acatou os argumentos da Associação Brasileira de TV Por Assinatura (ABTA) e condenou o Ecad e seis sociedades de gestão coletiva ao pagamento de uma multa milionária por formação de cartel, na Europa, o Tribunal de Justiça da União Europeia indeferiu a acusação da Comissão Europeia de que as sociedades daquele continente estariam se unindo para desrespeitar as regras antimonopólio. No entender do organismo judiciário pan-europeu, os músicos, compositores e editores de lá têm total liberdade na escolha da associação que melhor lhes convier. As informações são da agência de notícias Reuters.

ANTÍGUA E BARBUDA VAI USAR DIREITOS AUTORAIS PARA RETALIAR EUA

A Organização Mundial do Comércio autorizou o governo de Antígua e Barbuda a suspender a proteção aos direitos autorais americanos no país. A medida tem o intuito de compensar o país por práticas americanas que devastaram uma das atividades mais bem-sucedidas do arquipélago, os jogos de azar on-line. Como medida de compensação, Antígua e Barbuda recebeu autorização da OMC para montar um portal de download de conteúdo americano isento de pagamento de direitos autorais.



SOCIEDADE BELGA COBRA PROVEDORES DE INTERNET

A Sabam, sociedade belga de gestão coletiva, entrou com uma ação judicial contra três provedores locais de acesso à internet para a cobrança do pagamento de direitos autorais sobre os serviços de música on-line. A sociedade acredita que empresas como iTunes, YouTube e Spotify geram alto tráfego na internet e, conseqüentemente, lucro para os provedores. Os provedores se recusaram a discutir a remuneração de 3,4% sobre sua receita bruta pedida pela Sabam.



MÍDIAS FÍSICAS AINDA DOMINAM MERCADO DE MÚSICA

O crescimento dos meios digitais ainda não conseguiu desbancar as plataformas físicas de reprodução e distribuição (leiam-se CDs e DVDs). O mais recente relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, na sigla em inglês), publicado em abril, revelou que 57% das receitas globais do mercado fonográfico vieram de formatos físicos, ano passado, contra 35% de meios digitais. O consumo mundial de música cresceu 0,2%, ano passado, em relação a 2011, atingindo receitas totais de US\$ 16,841 bilhões. E, pelo segundo ano consecutivo, a América Latina foi a região que liderou a expansão. Embora os Estados Unidos continuem a ser o maior mercado digital do mundo, o Japão se tornou o maior mercado físico. As informações são da IFPI.

SOCIEDADES NÓRDICAS DE GESTÃO COLETIVA FORMAM ALIANÇA

Três sociedades nórdicas de gestão coletiva, Koda, Tono e Teosto, formaram uma aliança que visa a melhorar a qualidade do trabalho. Essas sociedades de gestão coletiva já estão entre as mais eficientes e enxutas do mundo e, agora, planejam utilizar um sistema comum de informações a fim de reduzir custos. O CEO da Tono, Cato Strøm, afirmou que "unir forças com outras sociedades com as quais compartilhamos objetivos comuns, processos e valores é uma escolha acertada".

CADA UM POR SI OU TODOS JUNTOS: QUAL É O MODELO QUE QUEREMOS?

COMO A PUNIÇÃO AO ECAD E A SEIS ASSOCIAÇÕES, INCLUINDO A UBC, JOGA UMA PERIGOSA SOMBRA SOBRE AS CONQUISTAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NA GESTÃO COLETIVA DOS DIREITOS AUTORAIS

Por André Bezerra, do Rio

No último dia 20 de março, uma decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pôs em xeque a sobrevivência do modelo de gestão coletiva dos direitos de execução pública de música. Ao julgar um processo iniciado em 2010 pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), que questiona a fixação em conjunto do preço das licenças de uso de música pelas operadoras de TV paga, o Cade condenou o Escritório Central de Arrecadação (Ecad) e seis sociedades de autores, a UBC entre elas, a multas milionárias por “formação de cartel”, ainda que tais entidades atuem na forma prevista na lei de Direitos Autorais. Somados os R\$ 6,4 milhões impostos ao Ecad e os R\$ 5,3 milhões de cada uma das seis associações, a penalidade chegou a R\$ 38,2 milhões.

Para além da punição financeira, a exigência de um “ajuste de conduta”, ratificado por quatro dos seis conselheiros que acompanharam o relator do processo e votaram pela condenação, pode representar um forte golpe na maneira como os artistas vêm se mobilizando há décadas para receber pelo uso do seu trabalho. Com base na lei 8.884/94, o Cade exige que se estabeleça entre as sociedades que representam os autores uma “competição” de preços e de tipos de licença para os vários usuários de música. A ordem é que os preços sejam individualmente negociados com os usuários das obras. Esse novo *modus operandi*, na opinião de advogados, criadores e representantes das entidades de direitos autorais, derrubaria o conceito de gestão coletiva, evidentemente enfraquecendo os autores na hora de estabelecer os valores a cobrar e provocando um aumento no custo de administração das várias licenças.

O Cade não considera em sua decisão o atual funcionamento da estrutura do sistema de gestão coletiva, seu histórico, a viabilidade técnica da punição e suas consequências para os milhares de titulares de direito autoral que têm nessa receita uma de suas principais fontes de renda.

Se o modelo estipulado pela autarquia federal prevalecer, a arrecadação sofrerá graves problemas. Para entender um pouco melhor quais são eles, vale relembrar como era a vida dos compositores antes do surgimento do escritório central de arrecadação: diversas associações de gestão coletiva cobravam cada uma o seu preço do usuário de música, que, por sua vez, se via perdido no meio de tantas cobranças, sem saber quem seria a legítima parte para cobrar e receber pelo uso de cada música. Cobranças em duplicidade, dificuldade de apuração do uso da música e da verificação da filiação do seu autor, além de injustos pagamentos para apenas alguns titulares, e não para todos, no caso de parcerias cujos criadores fossem filiados a organizações diferentes, eram outros dos percalços cotidianos.

Em 1973, como resultado de uma demanda dos autores e uma solução para os problemas enfrentados na época, foi

"A LEI BRASILEIRA ESTABELECE O MONOPÓLIO LEGAL (DO ECAD) GARANTINDO QUE OS AUTORES RECEBAM O PAGAMENTO DEVIDO PELA EXECUÇÃO DE SUAS OBRAS."

Glória Braga, superintendente do Ecad

promulgada a lei 5.988, que criou o Ecad, um escritório único e central para a arrecadação e a distribuição, em comum, dos direitos de execução pública musical. Em 1998, a publicação da lei 9.610, que consolidou a legislação de direitos autorais no Brasil, referendou o monopólio legal do Ecad.

A decisão do Cade, em março, não levou a lei em consideração, na avaliação do advogado Sydney Sanches, que representa a UBC. Para ele, o Ecad e as sociedades de autores, prejudicados por essa decisão administrativa, devem recorrer à Justiça. “O caminho lógico é pedir uma liminar para requerer o não pagamento da multa, dada a sua desproporcionalidade, uma vez que ela foi fixada quase pelo teto. A multa, cujo prazo de pagamento era 29 de maio último, ou seja, 30 dias depois da publicação do acórdão do Cade, é lesiva aos interesses do próprio mercado e, naturalmente, dos titulares de direitos autorais. Também pedimos a suspensão dos outros efeitos do acórdão pela sua ilegalidade. A decisão do Cade não levou em conta que se trata de um sistema que funciona assim há décadas”, explica Sanches.

Recentes movimentos no campo jurídico trazem otimismo para a causa dos autores. Ainda durante o julgamento do Cade, o procurador Luiz Augusto Santos Lima, do Ministério Público Federal, apresentou um parecer em que opinava pelo arquivamento do caso. O parecer é claro ao afirmar que, em prol da sobrevivência do direito fundamental do autor, é necessário excetuar o regime da livre concorrência: “A aplicação da lógica concorrencial à fixação de preços para a execução de obras musicais implicaria a aniquilação da base do próprio sistema protetivo vigente e do espírito da Lei de Direitos Autorais”.

Para além do imbróglio jurídico em que a questão certamente se transformará, há ponderações de ordem lógica e conceitual. Marisa Gandelman, diretora executiva da UBC, crê ser descabido que o Cade avenge a lei de defesa

da concorrência ao julgar o Ecad e as associações: "Não se pode aplicar a lógica da defesa da concorrência sem levar em consideração o contexto e os demais aspectos legais que atuam sobre o sistema. A decisão do Cade, ainda que busque ser puramente técnica, sempre será política, porque depende da política do governo em relação à forma de funcionar do mercado e às regras que restringem ou liberam o seu funcionamento. Em outras palavras, a opção pela ampla liberdade e pelo estímulo à competição é uma decisão política", alerta. Marisa explica ainda que o Cade não é o foro adequado para discutir questões de direito autoral, já que não há relação de consumo entre o criador de uma obra musical e o público que escuta música no rádio, na TV e por outras formas de execução pública.

Glória Braga, superintendente executiva do Ecad, corrobora: "Na economia, um cartel ocorre quando diversos entes se reúnem para prejudicar o consumidor, principalmente no que diz respeito a bens e mercadorias que são comercializados. Não é o que ocorre no campo da música. A lei brasileira estabelece o monopólio legal (do Ecad) visando a proteger os autores do uso indevido de seu trabalho e garantindo que recebam o pagamento devido pela execução de suas obras."

Outro dos mandamentos do Cade dentro do ajuste de conduta - cujo prazo de cumprimento, diferentemente da multa, é maior: seis meses - é a modificação do estatuto do Ecad de maneira a permitir o ingresso de virtualmente qualquer associação, por menor e menos estruturada que seja. Atualmente, há critérios por parte do escritório central para a admissão de novas sociedades representativas.

Professor da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP e especialista em direitos autorais, Eduardo Lycurgo Leite também desconstrói a acusação de cartel: "A própria lei estabelece o monopólio, de forma que somente um escritório central pode fazer a arrecadação e a sua distribuição aos titulares de direitos autorais. Apesar de só haver um escritório de arrecadação, há várias associações representativas. Um autor pode participar de qualquer uma delas."

Preocupados com as crescentes tentativas de ingerência da administração pública numa questão essencialmente privada que é a gestão coletiva, os autores se mobilizam. O compositor Abel Silva escreveu no início de abril uma carta a Marta Suplicy, ministra da Cultura, pedindo um posicionamento sobre o panorama ameaçador. Atualmente, questões relativas ao Ecad e à gestão coletiva no âmbito do Executivo federal são da esfera do Ministério da Cultura. Mas o relatório final da chamada CPI do Ecad, no Congresso Nacional, pediu, ano passado, a transferência para o Ministério da Justiça. "Estamos agora outra vez em uma encruzilhada histórica em que a escolha do caminho vai interferir radicalmente na organização da música popular brasileira e, por tabela, na cultura brasileira em geral", alertou Abel na carta.

A ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda vai na mesmalinha. Ano passado, em comparecimento ao Senado para a CPI, ela chamou a atenção para a tentativa de enfraquecimento dos artistas. "Acompanhei as lutas dos anos 60 e 70 de toda a vanguarda cultural a favor do direito à dignidade do artista como profissional e ser humano. Fico assustada quando vejo essa campanha pelo retrocesso. O autor não vive de vento, vive de seu trabalho. Me acusam de ser uma pessoa presa ao passado. Não sou presa ao passado, sou presa aos direitos conquistados com muita dificuldade."

"ACOMPANHEI AS LUTAS DOS ANOS 60 E 70 DE TODA A VANGUARDA CULTURAL A FAVOR DO DIREITO À DIGNIDADE DO ARTISTA COMO PROFISSIONAL E SER HUMANO. FICO ASSUSTADA QUANDO VEJO ESSA CAMPANHA PELO RETROCESSO."

Ana de Hollanda,
compositora e ex-ministra da Cultura

O irônico, para muitos defensores da gestão coletiva, é que o mais novo golpe tenha partido de grandes conglomerados de comunicação que, com frequência, desrespeitam os direitos autorais. "As emissoras de TV por assinatura são contumazes devedoras de pagamento pelas músicas veiculadas em sua programação. E a Justiça entende que elas são, de fato, obrigadas a realizá-lo. Por isso recorreram ao Cade", explica Glória Braga, do Ecad. "É, sim, irônico que um segmento tão concentrado quanto esse argumente dessa forma contra a gestão coletiva", complementa.

Ano passado, o setor que questiona os valores a serem transferidos aos criadores faturou R\$ 17,4 bilhões, volume pela primeira vez na história maior que o da TV aberta (R\$ 14,1 bi), segundo dados da própria ABTA. Ultraconcentrado, como observa Glória, o mercado de TV a cabo no país é controlado por poucos grupos.

"É um absurdo o que está ocorrendo. Tudo leva a crer que, mais uma vez, as empresas de comunicação querem passar por cima dos compositores. O sistema de arrecadação foi criado pela união dos artistas. Há coisas que podem ser aperfeiçoadas, mas, neste momento, é importante proteger este sistema e fazer valer a lei", raciocina o pianista e compositor Antonio Adolfo. A compositora e produtora Ana Terra, ex-coordenadora de música popular da Fundação Nacional de Artes (Funarte), faz coro: "Achei uma decisão absurda e sem consistência jurídica. O Ecad surgiu da necessidade de unificar arrecadação e distribuição, antes feitas por várias sociedades. Numa música com dois autores filiados a duas sociedades diferentes, por exemplo, só receberia sua parte aquele cuja sociedade houvesse negociado o pagamento. É claro que o que ocorre hoje não é cartel, é justiça. Pensar o contrário parte de quem desconhece totalmente a história do direito autoral no país", ela descreve.

Paulo Sérgio Valle, autor e coautor de mais de 800 canções, além de incontáveis jingles e obras encomendadas, engrossa o coro. "A decisão do Cade prejudica a carreira de todos os compositores, pois pode acabar com as organizações que protegem o direito autoral", acredita. "Algumas instituições não percebem que o ofício de compositor é uma profissão, as pessoas vivem de seus direitos autorais, por isso precisamos de uma entidade como o Ecad", conclui.

Valle é um dos signatários do manifesto "Vivo de Música", um protesto contra a decisão do Cade. O documento é claro

NO PRINCÍPIO, ERA CADA UM POR SI

A França é considerada o lar do conceito de direitos autorais. Como a Revista UBC explicou na edição comemorativa dos 70 anos da nossa sociedade, em junho de 2012, já no século XVIII os compositores daquele país tentavam conseguir, muitas vezes sem sucesso, receber pela execução das suas músicas nos cafés e em outros espaços públicos de Paris. A luta era difícil, uma vez que não havia associações ou entidades coletivas que os representassem. Numa tarde de 1847, o café Les Ambassadeurs, que vinha animando suas soirées com músicas de conhecidos compositores sem qualquer pagamento, foi questionado pelo autor Ernest Bourget, que, sentado no terraço do lugar, escutou os primeiros acordes da sua obra "Les Bluettes" sem que houvesse autorizado a reprodução. Como a compensação financeira foi recusada, Bourget, numa atitude inédita até então, recorreu ao Tribunal

ao defender a gestão coletiva dos direitos e alerta para as consequências da decisão. Em pouco mais de um mês, mais de mil nomes aderiram ao abaixo-assinado, entre eles Erasmo Carlos, Alceu Valença, Beth Carvalho, Milton Nascimento, Zé Ramalho e diversos outros grandes da MPB. Em apenas sete parágrafos, mas com grande contundência, eles resumiram a questão:

"Somos artistas brasileiros. Compositores, músicos e cantores. Estamos criando música popular das melhores do mundo, seguindo a trilha aberta pelos criadores que nos precederam. Queremos viver do produto do nosso trabalho. Cantamos a alma cultural do nosso povo.

Da mesma forma que em todos os países, nos juntamos para cobrar nossos direitos por ser impossível que cada um de nós saia por aí esmolando pelo que nos pertence. É a chamada gestão coletiva, que funciona em todo o planeta há quase cem anos.

De tempos em tempos surgem pessoas que parecem nos odiar e à nossa música. Propõem leis e medidas para nos prejudicar. Uma hora são senadores oportunistas, deputados e burocratas com ânsia de tomar para o Estado o controle do nosso negócio. A última e escandalosa tentativa deles é uma ação movida pelo cartel das televisões a cabo, de propriedade de alguns poucos poderosos que controlam os maiores grupos de mídia do mundo. Todos pagam para ter televisão a cabo, mas eles não querem pagar os direitos das músicas que executam.

Cientes de que a Justiça brasileira está com o direito exclusivo dos autores, eles se dirigiram ao Cade, órgão do governo que deveria coibir os cartéis. O Cade acaba de dizer que nós, autores, é que somos o cartel e não podemos nos associar para exercer nosso direito de cobrar o que nos é devido.

Não participamos do mercado que os economistas do Cade chamam de relevante, e não há relação de consumo entre compositores e consumidores de TV por assinatura. Por esse motivo, o Ministério Público apresentou um parecer para que o processo fosse arquivado.

A maioria dos autores brasileiros mal consegue sobreviver. O cartel das tevês a cabo fatura bilhões.

É a favor dos bilionários que o Cade decide. Nós, com a música e o apoio dos compositores do mundo inteiro, resistiremos." 

do Comércio do distrito do Sena e ganhou uma indenização. O caso teve grande repercussão na imprensa e derivou na criação da pioneira Sacem (a sociedade francesa de autores, compositores e editores de música), em 1851.

Logo, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha e a Áustria, outros dos grandes pólos produtores de músicas daquele tempo, também já discutiam a organização dos seus compositores em sociedades similares. E, no fim do século XIX, mais especificamente em 1886, foi assinado o grande marco da proteção autoral que é a Convenção de Berna, instrumento padrão administrado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e que foi integrado a um dos acordos constitutivos da Organização Mundial do Comércio (OMC), portanto, de adoção obrigatória a todos os países-membros.

No Brasil, dois anos depois da última revisão da Convenção de Berna foi promulgada a lei que determinou a criação do Ecad (5.988/73).

'ENQUANTO NÃO PAGAM O DIREITO AUTORAL, O ARROZ E O FEIJÃO FALTAM NA MESA'

MESMO INTERNADA PARA TRATAR UM PROBLEMA DE SAÚDE, BETH CARVALHO NÃO PARA. NESTE PAPO, ELA FALA SOBRE O QUE ANDA PRODUZINDO, REPUDIA A MULTA AO ECAD E PEDE MAIS MOBILIZAÇÃO AOS ARTISTAS

Por Paula Lacerda, do Rio

Em processo de recuperação após uma delicada cirurgia na coluna, a cantora Beth Carvalho mostra que, apesar do contratempo na saúde, não parou nem de trabalhar nem de pensar e debater questões importantes para a classe artística. No quarto do hospital onde está internada há alguns meses no Rio, ela já gravou três faixas para um novo disco, faz reuniões periódicas e recebe políticos e artistas, assim como a Revista UBC, para falar de um assunto polêmico: a multa milionária que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aplicou ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e a seis sociedades de gestão coletiva sob a acusação de formação de cartel.

Beth, como segue com a carreira lidando com a questão de sua saúde?

Eu continuo trabalhando, mesmo no hospital. Já fiz aqui três faixas para um novo disco meu e o disco da minha sobrinha, Lu Carvalho, que está sendo lançado. Fiz o disco sobre a Dona Ivone Lara, gravei com o Leo Russo, da nova geração do samba, gravei clipe sobre o Zeca Pagodinho pelos 30 anos de carreira dele, escrevi contracapa de disco... Minha cabeça não parou, continuo atuando bravamente.

Recentemente, fez um depoimento em vídeo sobre a questão do direito autoral. O que acha dessa multa aplicada pelo Cade ao Ecad e a sociedades de gestão coletiva?

A multa é absurda. O Ecad não pratica cartel, há uma gestão coletiva. Nós, artistas, fundamos o Ecad há 36 anos com o intuito de organizar o pagamento do direito autoral, que era uma bagunça. Antigamente, havia várias sociedades, e elas não se entendiam, cada uma fazia um valor. Se hoje o órgão não está 100%, é um problema que nós, artistas, temos que resolver, entre nós. Mas jamais chamar de cartel uma coisa que está na Lei. O Ecad existe por lei. A gestão coletiva é prevista por lei.

A seu ver, a regulação e a fiscalização do Ecad deve, então, permanecer interna...

Sim, como nós resolvemos internamente a existência do Ecad. São dois assuntos diferentes. Um é que o Cade condenou o Ecad através da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura). A ABTA não paga direito autoral desde que existe. Qual a moral? A outra história é o Projeto de Lei 129/12, dos senadores Randolfe Rodrigues e Lindbergh Faria. Randolfe veio aqui, e eu falei para ele que o Estado não tem que tomar conta do Ecad porque também não paga direito autoral. A Rádio Nacional, entre outras emissoras estatais, não paga direito autoral... Então vão criar uma lei para pagar? Duvido muito. O Estado vai fiscalizar o Ecad e mediar, fazer a negociação do direito autoral? Ele não conhece esse assunto.

Considerando o modelo de gestão coletiva dos artistas, como seria, na sua opinião, a forma ideal de controle interno do que acontece no Ecad, para que ele atue de forma correta e justa para todo mundo?

Nós pagamos 7% às sociedades arrecadadoras para que elas nos representem. E pagamos 17% ao Ecad para que ele pague o direito autoral para a gente. Então, a maior satisfação que eles têm que dar é para nós, artistas. Mas a maioria dos artistas não tem essa consciência. O tema direito autoral é complexo,

difícil. É importantíssimo que o artista se ligue nesse assunto, porque é a vida dele, é o ganha-pão dele. Muitos compositores passaram a cantar para poder sobreviver. Nunca me esqueço do Moreira da Silva tendo de fazer show aos 90 anos de idade, porque, se não, não tinha dinheiro para pagar a luz... Isso não é mais prazer. Tenho uma certa autoridade para falar da situação do compositor popular brasileiro, que é abaixo da crítica, na sua maioria. Convivo com o mais pobre deles, que é o sambista. Enquanto não pagam o direito autoral, o arroz e o feijão faltam na mesa.

São poucos os representantes da classe artística tentando fazer alguma coisa?

Geralmente são os mesmos que se interessam. Existe uma vergonha de se ganhar dinheiro com a arte. O artista é todo envergonhado para receber um cachê. A gente não pega no dinheiro, como se isso fosse um crime. E é trabalho. Essa mentalidade prejudica tudo. Porque você não questiona, não discute o valor das coisas. Na verdade, a arte é impalpável. Não é um sabonete, uma banana que você compra no supermercado. Por isso, mais uma vez, o Cade não pode tratar a música como uma mercadoria.

Está em discussão, também, a forma como o direito deve ser cobrado quando da reprodução da música, se pelo repertório, se pela incidência... Qual seria a melhor forma?

Eu acho que os 2,5% sobre o faturamento bruto das emissoras de televisão e de rádio estão bons demais. São até pouco, porque elas faturam muito mais que isso.

Como vê o tratamento do direito autoral no Brasil (regido pela Lei 9.610/98) em comparação com os modelos praticados no exterior?

Não acho que os modelos lá de fora sejam aplicáveis ao Brasil. No exterior, por exemplo, há muita televisão estatal, aqui não. O faturamento da televisão particular é muito maior... Fora a

"O Cade não pode tratar a música como uma mercadoria."

quantidade de Brasil que nós temos aqui. A França é do tamanho de Minas Gerais! Dizem que a nossa lei autoral é a mais bem feita do mundo. Então por que tem que mexer nela? Porque não tem a palavra internet? Vamos, então, fazer uma cláusula específica para o assunto internet, mas não acabar com a lei. O problema do direito autoral no Brasil é a inadimplência. Não pagam o direito autoral. O Ecad vive na Justiça. E isso custa dinheiro para o compositor.

Qual o risco envolvido em uma decisão como essa do Cade?

Eu vejo um risco muito grande a médio prazo, fico preocupada. A gente demorou tanto tempo para conseguir que o Ecad existisse, e agora todo mundo quer acabar com ele. Se começar a se pagar para o compositor diretamente, o que vai ser isso? Meticância do compositor? Vai ser uma loucura. O Cade processar o Ecad é totalmente errado. E eles estão sendo multados em R\$ 32 milhões que vão sair do bolso do compositor...

Mas não seria uma condição da própria decisão do Cade que esse dinheiro não saia do bolso do compositor?

O Ecad não tem dinheiro. Porque é um escritório sem fins lucrativos. Ele não tem que ter dinheiro nenhum, a não ser o de obras retidas por problemas como homônimos, de não se encontrar o compositor, por exemplo. Mas esse dinheiro não é dele, depois de três anos é redistribuído entre os compositores.

Por que acha que alguns músicos se mostraram favoráveis à intervenção do Ministério da Cultura e do Cade no assunto direito autoral?

A quantidade de assinaturas contra o que está acontecendo com o Ecad é enorme. Acredito que nossos colegas que não estão com essa opinião têm as suas razões, mas acho que mais particulares que coletivas. Acho isso um perigo. Posso ter a maior bronca com uma sociedade arrecadadora, com o Ecad e tal, mas esse assunto é coletivo, e não pessoal. 



Tivesse vivido apenas mais cinco anos, José Bispo Clementino dos Santos, nosso eterno Jamelão, completaria um século no último dia 12 de maio. O cantor, que se consagrou como intérprete – por quase 60 anos! – dos sambas-enredo da escola carioca Mangueira, foi antes jornalista, engraxate, operário. Ainda assim, começou no samba bem jovem. E não foi emprestando a sua poderosa voz à música: levado à Estação Primeira aos 15 anos pelo sambista Lauro Santos, o Gradim, Jamelão se apresentou como ritmista, tocando tamborim. Tocava também cavaquinho e era figurinha fácil nas rodas de samba dos subúrbios cariocas.

Não se sabe ao certo se o apelido Jamelão – nome de um fruto escuro e, ao mesmo tempo, doce e azedo – veio de um apresentador de programa de rádio ou de um gerente de gafieira. Mas foi nestes dois espaços – o rádio e a gafieira – que Jamelão, ao fim da década de 1940, experimentou e explorou seu lado cantor. Participou de programas de calouros, foi *backing vocal* de Francisco Alves, apresentou-se em bailes dançantes, fez as vezes de *crooner*, acompanhado da Orquestra Tabajara, e ganhou fama no Brasil e no exterior. De 1949 a 2006, Jamelão interpretou sambas-enredo da Mangueira, sendo a voz principal da escola a partir de 1952, em substituição ao lendário Xangô da Mangueira. Lá, deu vida e imortalizou obras como “Exaltação à Mangueira”, “Um Cântico à Natureza”, “Caymmi Mostra ao Mundo o que a Bahia e a Mangueira Têm”, entre tantas outras.

Com passagens pela Odeon, pela Continental, pela Philips, pela Som Livre e por outras das grandes gravadoras da época de ouro do mercado fonográfico nacional, Jamelão imprimiu seu estilo inconfundível, sua grave e modulada voz de tenor e até mesmo seu doce, folclórico mau humor à história do samba brasileiro. E entrou para o panteão dos grandes, em 14 de junho de 2008, quando nos deixou, vítima de complicações decorrentes de dois problemas de saúde que o acompanharam por anos: o diabetes e a hipertensão.

Com quase oitenta discos gravados, incluídos os seus de carreira, os da Mangueira e outras compilações de sambas, vai ser por muito tempo lembrado como o profícuo intérprete (ele detestava o termo “puxador”) que ajudou a conquistar para a escola da Zona Norte carioca espaço generoso nos corações de tantos brasileiros. E será lembrado, também, como o homem que liderou a Mangueira no histórico desfile de 1984, que inaugurou o sambódromo da Avenida Marquês de Sapucaí, quando, pela primeira e única vez na história, uma agremiação deu meia-volta na Praça da Apoteose e se apresentou ao contrário pela avenida, para o delírio da multidão que exaltava no enredo outro mestre da nossa música, o imortal Braguinha. 

JAMELÃO

O CENTENÁRIO DO MAIS DOCE DOS

RANZINZAS DO SAMBA

FIQUE DE OLHO

TAMBÉM NA JUSTIÇA, TV GLOBO X ECAD

Enquanto a decisão do Cade segue para o âmbito judicial, outro processo, que se arrasta desde 2009, teve um novo capítulo em março. O Ecad e a TV Globo litigam pelos valores devidos para o uso de músicas em sua programação. O contrato para pagamento de direitos autorais entre Globo e Ecad possuía uma cláusula que estabelecia princípios para o reajuste do preço do direito autoral, porém, o canal recusou-se a renová-lo e as partes ingressaram com ações na justiça que discutem desde o valor para o direito autoral até a legitimidade do Ecad para fixar o preço. As ações já estão sendo julgadas no Superior Tribunal de Justiça, a última instância, e atualmente há um empate entre os ministros que decidirão a questão, com dois votos para cada lado. O ministro João Otávio de Noronha julgou procedente a argumentação do Ecad, assim como a ministra Isabel Gallotti, que observou que em outros países há cobrança equivalente. Ambos ressaltaram ainda que não cabe à Justiça determinar os valores cobrados pelos autores sobre o uso da sua obra. O relator do processo, ministro Luis Felipe Salomão, e o ministro Raul Araújo, porém, mostraram-se favoráveis às alegações da TV Globo. Antes de dar seu voto, em 21 de março, o ministro Antonio Carlos Ferreira, que irá desempatar a questão, pediu vistas do processo, interrompendo-o pela terceira vez desde 2009. Não há data para a retomada da votação.

OFENSIVAS VINDAS DO CONGRESSO

No Congresso, duas ofensivas contra o Ecad sofreram desgastes recentes. Depois de receber um grupo de artistas favoráveis à manutenção do atual sistema de arrecadação e distribuição, senadores derrubaram a urgência na votação do projeto que cria um novo sistema de gestão coletiva (PLS 129/12). Com o regime de urgência, o projeto do Senado não teria de passar pela tramitação normal nas diversas comissões. Desde março, a proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O PLS 129/12 é fruto da chamada CPI do Ecad, criada em 2011 para investigar denúncias de irregularidades na entidade. Se aprovado nas comissões, o PLS 129/12 irá a votação em plenário, onde uma nova aprovação o enviaria automaticamente para a apreciação da Câmara dos Deputados. Enquanto isso, deputados da Comissão de Educação e Cultura rejeitaram o Projeto de Lei 2.850/03, pedia a extinção do Ecad e a sua substituição por outra entidade.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS: INSCRIÇÕES ATÉ AGOSTO

Terminam em 5 de agosto as inscrições para o II Concurso Nacional de Monografias sobre Direito Autoral Musical promovido pela União Brasileira de Compositores em parceria com o Instituto de Advogados Brasileiros (IAB) e a editora Publit. O intuito é estimular a pesquisa intelectual sobre direito autoral musical no Brasil. Podem participar universitários, professores, pesquisadores e profissionais da área. Os três melhores trabalhos acadêmicos serão contemplados com prêmios em dinheiro. O primeiro e o segundo lugares ganharão ainda publicação dos seus trabalhos pela Publit Soluções Editoriais. Acesse ubc.org.br/concurso2013, leia o regulamento e participe!

ATENÇÃO, PRODUTOR FONOGRÁFICO!

Sempre em constante desenvolvimento tecnológico, o Ecad desenvolveu o Banco de Áudio Digital, que tem por objetivo fazer a identificação automática das gravações tocadas em rádios das capitais brasileiras que estão em dia com o pagamento de direitos autorais. Essa identificação automática é feita pelo *software* Ecad Tec Cia Rádio, desenvolvido em parceria com a PUC-Rio, e evita que os créditos para as obras e os fonogramas fiquem retidos por falta de identificação.

A participação das gravadoras é fundamental neste processo, e muitas já enviaram seus repertórios. Para saber mais sobre como enviar seus fonogramas para o Banco de Áudio Digital, entre em contato com a filial da UBC mais próxima.

A BÚSSOLA DO SUCESSO APONTA PARA O SUL

UM PAPO SOBRE PRODUÇÃO, MÚSICA E MERCADO COM ILTON CARANGACCI, EMPRESÁRIO DE BANDAS COMO CHIMARRUTS E PAPAS DA LÍNGUA QUE AJUDA A FAZER, HÁ QUASE TRÊS DÉCADAS, A DINÂMICA CENA GAÚCHA

Por Claudia Kovaski, de Porto Alegre

À frente de uma das maiores produtoras da Região Sul, Ilton Carangacci tem os pés no chão e os olhos no futuro. Ele administra, junto com o sócio Rafael Lemos, a carreira de cinco artistas – entre eles as bandas Papas da Língua e Chimarruts –, com a desenvoltura e a credibilidade de quem sabe aonde quer chegar. “Quando contratamos um artista, temos de enxergar consistência, continuidade, vislumbrar uma discografia”, observa Ilton.

Com quase três décadas de experiência, Ilton já viu o mercado musical gaúcho fervilhar com as bandas de rock de garagem e também, aos poucos, abrir espaço às duplas sertanejas, aos grupos de samba e de pagode e até ao funk. “O nosso estado é roqueiro, mas aqui também se produz sertanejo e funk. Ocorre que nós demoramos mais para assimilar essa onda”, avalia. Foi nesse cenário de riffs de guitarra, com fortes influências de Led Zeppelin, Black Sabbath e um boom de bandas gaúchas que Ilton descobriu que, mais do que um hobby, a música poderia ser um modo de vida.

Nesta entrevista concedida em seu apartamento em Porto Alegre, exatamente no dia em que completava 28 anos da produção de seu primeiro show – em 27 de abril de 1985 – ele fala sobre sua trajetória, a forma como administra a carreira de seus artistas, as aceleradas mudanças do mercado, o diferencial que o produtor oferece, além de avaliar a atual cena musical gaúcha.

Quando você descobriu que poderia viver de música?

Respiro música desde criança. Mas foi na faculdade de Direito que despertei para algo mais profissional. Meus amigos montaram uma banda chamada Os Eles e me convidaram para empresariá-los. O primeiro show que produzi faz exatamente 28 anos, dia 27 de abril de 1985, na Sociedade Veleiros do Sul, em Porto Alegre.

Como era o cenário musical daquela época?

Era a ebulição do rock gaúcho. Foi um momento em que apareceram Os Eles, Engenheiros do Hawaii, Replicantes, TNT, Os Cascavelletes, De Falla... Foi quando eu me inseri. Nós gravamos o primeiro disco independente (em LP), que vendeu sete mil cópias, em 1986.

Mas você não tinha experiência...

Eu aprendi fazendo. Hoje tu até consegues ter mais contatos, acesso à informação, mas naquele momento não tinha nada disso. Lembro que o Hélio Henkin (irmão do Leo Henkin, guitarrista do Papas) tinha musicado o poema de Carlos Drummond de Andrade chamado “A Corrente”, e queríamos muito que entrasse no disco. Fiz contato com a editora Record para pedir autorização, e foi negado. Disseram-me que o poeta não gostava de homenagens. Ele gostava de ser lido, não de ser cantado. Acho que ali foi a primeira vez que eu me dei conta de que poderia ser empresário. Despertou uma vontade de não desistir. Consegui o telefone da casa do Drummond. Expliquei para ele o assunto, disse que tinha falado com o representante dele na editora, mas que ainda assim gostaria de mandar uma música para ele poder ouvir. Enviei para o endereço dele no Rio de Janeiro, em Copacabana, e, passados alguns dias, ele escreveu

uma carta dizendo que estava aprovado. Nós gravamos, e depois eu mandei o disco com uma camiseta e o material publicitário da banda. E ele mais uma vez respondeu essa carta manuscrita em maio 1986. Comecei através de uma história com amigos, que montaram uma banda, que não eram artistas, também mal sabiam tocar, e eu também não sabia o que fazer. Mas aquele universo me encantava, e fui aprendendo sozinho.

Nestes quase 30 anos de autoaprendizado, como você se adaptou às rápidas transformações do mercado?

Acredito que todos os grandes negócios você constrói entre CPFs, não entre CNPJs. Quero dizer que é uma relação que você vai fazer olho no olho, pessoa a pessoa. Em 1985 não existiam celular, internet, tu eras obrigado a enviar o material pelo correio, falar por telefone ou estar diante da pessoa para conversar. Então, quando tinha show da banda, eu ia pessoalmente visitar todos os jornais e rádios de Porto Alegre. A partir daí fui criando uma rede de relacionamento muito forte, que permanece até hoje. Acho que devemos estreitar as relações que estão cada vez mais afastadas. Hoje você pode mandar por e-mail um arquivo de texto, de imagem, um arquivo de música. E as pessoas estão com suas caixas repletas.

As estratégias para lançar um artista mudaram muito?

Hoje, como há muito tempo, esse lançamento segue algumas cartilhas e continua sendo, mais ou menos, um mistério. Não existe empresário de artistas, executivo de gravadora ou diretor de programação de rádios que sempre acerta. O cara sempre vai bater no peito e dizer “estourei esse e aquele artista”, mas outros tantos que foram tentados e bateram na trave ele confessa só para o psiquiatra. O conteúdo precisa agradar, nem digo que necessita ser bom porque isso é muito relativo, mas precisa ter verdade. A música precisa chegar até as pessoas, e para isso, ficamos o tempo todo buscando a melhor relação custo/benefício. E, depois que ela chega às pessoas, precisa permanecer, e isso envolve dezenas de ações. Quem diz que a grana salva um projeto está mentindo, não salva! Na verdade, está cada vez mais difícil. Embora existam as variadas ferramentas oferecidas pela internet, elas estão à disposição de todos. Tem conteúdo novo e bom sendo jogado diariamente e descartado na mesma velocidade. O diferencial ainda são o contato pessoal e a persistência, porque nada acontece muito rápido.

O Brasil e o Rio Grande do Sul têm muitos artistas talentosos. Como escolher?

O que determina pegarmos ou não o artista, além do talento, é a nossa capacidade de poder atendê-lo. Tem que enxergar nele um projeto, a gente sabe que não vai ter sucesso dali a um ano ou seis meses ou, muito menos, na semana seguinte. Temos de enxergar consistência, continuidade, vislumbrar uma discografia.

Além do Papas e do Chimarruts, que outros artistas são atendidos por você?

Trabalhamos com a dupla Edu e Renan há mais ou menos dois anos. Eles ganharam o concurso “Olha a Minha Banda”, do Caldeirão do Hulk, são muito talentosos, verdadeiros. Temos a banda de samba Saldanha. Gravaram um DVD em novembro passado que está excelente, com a participação de Neguinho da Beija-Flor, Leci Brandão, Tonho Crocco e Leandro Lehart. Eles têm 35 anos de carreira e um trabalho social permanente. As pessoas não acreditam que se faz um samba com aquele suingue no Sul. Nosso quinto artista é o Ivo Mozart, primeiro da produtora que não mora no Rio Grande do Sul. Ele é de São Paulo e tem uma canção que está estourada hoje pelo grupo Pollo, é a música “Vagalumes”, além de um vasto repertório para ser trabalhado.

Num mercado em que as mudanças são frequentes, você mantém parcerias duradouras com artistas. Como isso é possível?

Estamos com o Papas da Língua há 17 anos, e com a Chimarruts, há 12. Lançamos toda a discografia deles. São parcerias duradouras, baseadas no talento e na confiança. É preciso se sentar e conversar para saber se aquele artista está alinhado em termos de valores, ética, aonde eles querem chegar e de que forma.

O artista hoje está mais participativo, controlando virtualmente as etapas de produção. Isso ajuda no trabalho do produtor?

A participação do artista é fundamental. Quanto mais ele puder participar dentro deste processo para expandir a própria carreira, melhor. O artista tem que ter conhecimento das dificuldades do mercado. Não pode colocar uns óculos escuros, entrar na van e achar que alguém está fazendo tudo por ele.

Como está o mercado da música gaúcha?

Já vivemos um momento excelente nos anos 1980 e 1990, com um boom das bandas gaúchas. As rádios tocavam muito a música local, mas o cenário mudou bastante. Hoje tem muita música internacional e música bem popular nas rádios. Com os espaços reduzidos, a gente acaba não percebendo que tem tanta banda por aí. Hoje, 80% do playlist das rádios são internacionais. Os 20% que sobram são divididos entre os artistas estourados nacionalmente, e um pequeno percentual fica para a música gaúcha. As rádios estão cada vez mais mainstream.

Como fazer para driblar as restrições impostas pelo mercado?

Associando-se. Aliando-se a outros escritórios que atuam fora daqui. Além disso, somos a única produtora da Região Sul que pertence à Abeart (Associação Brasileira de Empresários Artísticos). Temos encontros no Rio e em São Paulo para discutir nosso mercado, observando os movimentos e apontando para novos caminhos.

Quais são seus próximos projetos?

No caso do Papas, temos o projeto de comemorar os 20 anos da banda. Estamos estudando o formato, porque são sete álbuns lançados, sendo dois DVDs. Temos de ver como vamos voltar para contar essa história, além de fortalecer a carreira internacional. Estamos indo pela nona vez a Portugal para uma turnê de shows e divulgação. Para a Chimarruts tem a gravação de um DVD que deverá acontecer até o final deste ano e continuar desenvolvendo a carreira deles dentro da América Latina. A dupla Edu e Renan está preparando um novo trabalho ainda para este ano. E a banda Saldanha tem 35 anos de samba e tudo para fazer muito sucesso dentro e fora do estado. Este clima de Copa do Mundo, quando o samba será um dos cartões-postais do Brasil, nos favorece. Temos também pela frente a estratégia da carreira do cantor Ivo Mozart que estamos assumindo.

Dá para sobreviver trabalhando apenas o mercado local?

2012 foi um ano difícil, e este ano também está sendo. Com a tragédia da boate Kiss, em Santa Maria, muitas casas de shows fecharam as portas, e outras ainda não se adaptaram. As capacidades das casas foram reduzidas. A correta fiscalização impede que os donos de casas de shows permitam pessoas acima da capacidade, e isso é certo. Ainda dá para sobreviver dentro do seu estado, da sua região, mas queremos mais. **C**



A TV É PAGA. O AUTOR TAMBÉM DEVE SER

SAIBA COMO É FEITA A DISTRIBUIÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS DAS OPERADORAS DE CANAIS FECHADOS, GRANDE PARTE INADIMPLENTE HÁ VÁRIOS ANOS

As operadoras de TV por assinatura também são usuárias de música e devem pagar os direitos autorais de obras e fonogramas executados pelos diversos canais de televisão que transmitem, assim como as rádios e as TVs abertas. Segundo o último relatório da Cisac (Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores), a distribuição dos valores arrecadados de TV por assinatura cresceu 26% no mundo todo em 2011, atingindo a porcentagem de 16% do total distribuído. Nos Estados Unidos, por exemplo, este setor representou 26% da distribuição da Ascap (a maior sociedade americana) em 2011. Cenário muito diferente do que ocorre no Brasil, onde o setor tem alto índice de inadimplência. Em 2012, a TV por assinatura representou apenas 6% do total distribuído pela UBC, número bem abaixo da média global.

Conheça como é feita a distribuição dos valores pagos pelas músicas executadas em canais fechados transmitidos em território brasileiro, que ocorre semestralmente, por meio de amostragem, nos meses de fevereiro e agosto.



ACOMPANHE A SITUAÇÃO DAS PRINCIPAIS OPERADORAS DE TV POR ASSINATURA

NET

O pagamento regular dos direitos autorais foi interrompido em janeiro de 2004, e hoje a operadora realiza depósitos em juízo. O caso está sendo discutido na Justiça.

SKY + DIRECTV

Não realiza o pagamento de direitos autorais desde 2004. O caso está sendo discutido na Justiça.

OI TV

Está em débito com o pagamento de direitos autorais desde julho de 2009. Questiona na Justiça o pagamento dos valores de direitos autorais. Não realiza depósito judicial.

VIVO TV

O Ecad cobra na Justiça o pagamento dos direitos autorais da empresa, hoje junção de duas outras: TVA (em débito desde outubro de 1994) e Telefônica (em débito desde agosto de 2007). Existem depósitos judiciais.

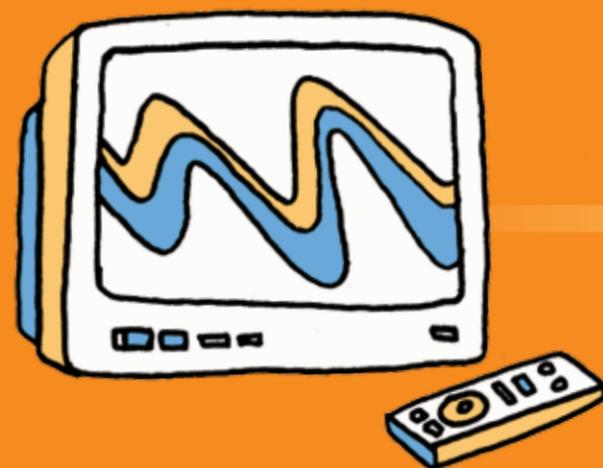
GVT

Está em débito desde outubro de 2011 e questiona na justiça os valores a serem pagos pelos direitos. A GVT realiza depósitos judiciais.

CLARO TV

A empresa incorporou a Via Embratel no início de 2012, que já não realizava o pagamento de direitos autorais desde 2008. O Ecad cobra o pagamento da Claro TV na Justiça. Não há depósito judicial.

O Ecad tem obtido êxito em levantar regularmente os depósitos de apenas algumas operadoras regionais, como, por exemplo, a NET Rio, a NET Sul e parte da Vivo TV, que se refere à TVA.



GRUPOS DE CANAIS

Para a divisão dos valores arrecadados, os canais são divididos por grupos, de acordo com a característica de sua programação. Primeiro, 10% são distribuídos para o Grupo Música, composto por canais exclusivamente dedicados ao gênero. Os outros 90% obedecerão a seguinte proporção:

45% para o Grupo Audiovisual

Canais que exibem filmes, desenhos animados, seriados, como o Canal Brasil, o Disney Channel, a Warner, o Sony ou a HBO.

35% para o Grupo Variedades

Canais com programas de auditório, shows, programação variada, como a MTV, o GNT ou o Multishow.

10% para o Grupo Jornalismo

Canais com programas jornalísticos, de esportes, documentários e entrevistas, como a BBC World, a Band News, o Sportv, o Discovery Channel ou o Premiere Futebol Clube.

10% para o Grupo Alternativo

Canais educativos, retransmissão de televisão aberta e outros, como a Rede 21, a TV Senado ou o Viva.

Estabelecidos esses percentuais, cada grupo terá um rol específico de amostragem para a distribuição de audiovisual (séries, filmes e desenhos) e para distribuição de planilha (outros programas), segundo a proporção abaixo:

Grupo Música:

valor é distribuído junto com a rubrica extra de rádio.

Grupo Audiovisual:

95% do valor é distribuído para audiovisuais exibidos na programação; 5% para as músicas da planilha enviada pelo canal.

Grupo Variedades:

30%, audiovisual; 70%, planilha.

Grupo Jornalismo:

30%, audiovisual; 70%, planilha.

Grupo Alternativo:

50%, audiovisual; 50%, planilha.

A distribuição feita para as músicas sincronizadas nas obras audiovisuais obedecem ao **cue sheet** cadastrado, que é a ficha técnica na qual se encontram as informações sobre as obras musicais executadas na trilha sonora. Para os programas jornalísticos, esportivos, de auditório e variedades, a emissora envia ao Ecad planilhas com as obras executadas. O escritório central, então, audita as informações.

Para composição da amostragem são gravados em sistema de rodízio os canais com transmissão do Brasil.

TIPO DE UTILIZAÇÃO

Nesta distribuição, também serão levados em consideração os seguintes pesos de acordo com o tipo de utilização de cada obra ou fonograma:

1/12

Obras de background:

Obra utilizada como fundo musical.

2/12

Demais obras:

Clipes musicais, cenas de shows.

12/12

Tema de abertura:

Obra musical executada no início ou ao final da programação.

8/12

Tema de personagem:

Obra musical que caracteriza o personagem.

4/12

Tema de bloco:

Obra utilizada como ida e volta de comerciais.

6/12

Performance:

Execução feita ao vivo pelo intérprete.

Para as músicas executadas ao vivo na programação, somente será contemplada a parte autoral, pois não há a utilização de fonograma. As demais obedecerão a proporção de 2/3 para a parte autoral e 1/3 para a parte conexa.

Retransmissão de cabo

Os valores arrecadados pelas execuções de obras e fonogramas dos canais retransmitidos do exterior são devolvidos para as sociedades autorais do país de origem do sinal. Este procedimento obedece a uma recomendação da Cisac – Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, pois as sociedades do país de origem possuem as informações da execução musical na programação destes canais e podem distribuir melhor os direitos arrecadados. Contudo, uma melhoria deste procedimento está sendo discutida em nível internacional, em razão de obras e versões brasileiras que são executadas na programação nacional destes canais no Brasil. Entre os canais afetados por esta norma estão HBO, Nickelodeon, Cartoon Network, Disney Channel, AXN, Warner, TNT, Sony, Fox e Discovery Channel.



'QUANDO REALIZO UM SHOW SÓ COM MÚSICAS PRÓPRIAS, É PRECISO PAGAR DIREITOS AUTORAIS?'

DEA TRANCOSO, BELO HORIZONTE - MG



REVISTA UBC:

Em primeiro lugar, lembre-se de que o pagamento dos direitos autorais é a remuneração do autor da obra musical e deve ser feito pelo promotor do evento. O autor não é obrigado a abrir mão desta cobrança.

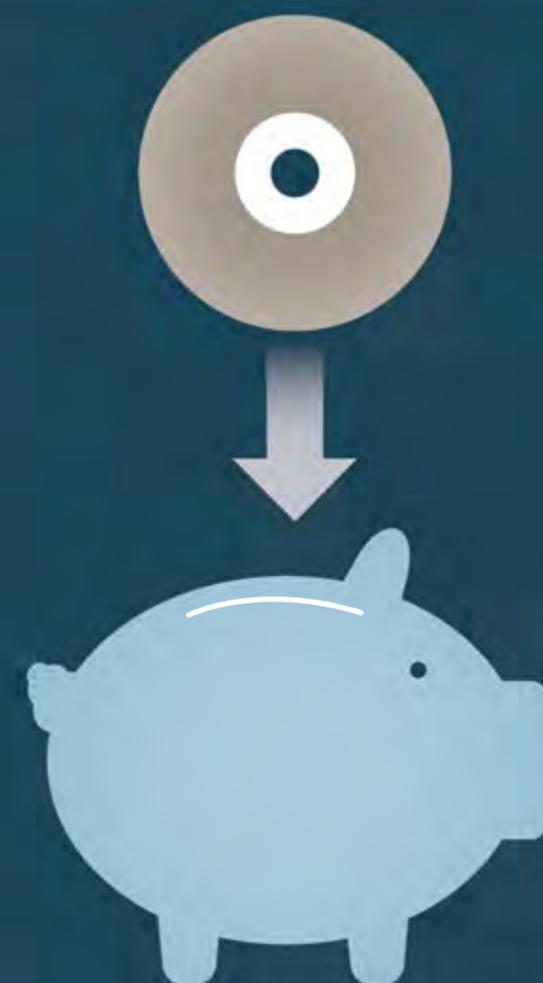
Quando o titular se afilia a uma sociedade, como a UBC, ele a torna mandatária para a cobrança de seus direitos autorais de execução pública. Esta cobrança é feita através do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Algumas vezes, normalmente quando o intérprete também é autor das obras, ele prefere autorizar o uso do seu repertório diretamente. Isso é permitido pela nossa lei de direitos autorais mediante comunicação prévia à associação.

Para liberar a cobrança do Ecad, o autor precisa enviar um documento autorizando a execução de uma ou mais obras de sua autoria em determinado evento. Caso a obra seja editada ou criada em parceria, também é necessária a autorização da editora e dos outros autores. Este documento para Liberação de Show (que pode ser solicitado à UBC) deve ser entregue à sociedade de cada autor proprietário da obra, no mínimo, três dias úteis antes do evento. A UBC não cobra nenhuma taxa por esse procedimento.

Para que a cobrança seja liberada, é necessária a autorização de todos os autores (e editoras) do repertório. O show "liberado" estará sujeito a uma visita de um representante do Ecad, que assegurará que o repertório executado é realmente o autorizado pelos titulares. ☑

BANCO DE ÁUDIO DIGITAL, SEU CRÉDITO MUITO MAIS FÁCIL



PRODUTOR FONOGRÁFICO, USE O NOSSO BANCO DE ÁUDIO DIGITAL, A MELHOR MANEIRA DE RECEBER SEUS PAGAMENTOS SEM COMPLICAÇÕES.

Entre em contato com a UBC para saber como enviar seus fonogramas. Uma vez cadastrados no banco, eles poderão ser reconhecidos automaticamente pelo software Ecad Tec Cla Rádio, evitando assim que os créditos fiquem retidos por falta de identificação.

WWW.UBC.ORG.BR

PORTAL DO ASSOCIADO



Peça já o seu login e a sua senha do Portal do Associado e passe a receber seus demonstrativos em formato digital. Assim, você poderá acessar seus relatórios onde quer que esteja, sem precisar esperar pelos correios.

Economize tempo, espaço e árvores.



União Brasileira de Compositores